

As articulações entre Pedagogia Social e Educação Popular na formação de educadores sociais no Brasil

Fernanda dos Santos Paulo

Fernanda dos Santos Paulo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

E-mail: fernandapaulofreire@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Resumo: O artigo aborda a articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular na formação de educadores sociais no Brasil. A tese defende que uma formação intersetorial baseada na Educação Popular em um curso de Pedagogia Social é crucial para preparar educadores para atuarem em contextos de vulnerabilidade social. Utilizando análise de textos e de experiências da autora em formações na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), o estudo propõe a Pedagogia Social Intersetorial como um curso específico, integrando princípios de justiça social e metodologias participativas. Os resultados destacam a necessidade de regulamentação profissional, de reconhecimento do campo no meio acadêmico e lacunas nos currículos formativos. A conclusão aponta para a relevância de uma formação que une crítica emancipatória e prática institucional com reconhecimento do campo de atuação dos educadores sociais.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Educação Popular; Educadores sociais; Políticas sociais; Espaço não escolar institucional.

Artigo recebido em 25 de dezembro de 2024 e aprovado para publicação em 19 de fevereiro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2025.17.41.10118>

The articulations between Social Pedagogy and Popular Education In the training of social educators in Brazil

Las articulaciones entre Pedagogía Social y Educación Popular en la formación de educadores sociales en Brasil

Abstract: The article addresses the connection between Social Pedagogy and Popular Education in the training of social educators in Brazil. The thesis argues that intersectoral training based on Popular Education within a Social Pedagogy course is crucial to prepare educators to work in contexts of social vulnerability. Using text analysis and the author's experiences in training sessions at the Association of Popular Educators of Porto Alegre (AEPPA), the study proposes Intersectoral Social Pedagogy as a specific course, integrating principles of social justice and participatory methodologies. The results highlight the need for professional regulation, recognition of the field within academia, and gaps in formative curricula. The conclusion emphasizes the relevance of training that combines emancipatory critique with institutional practice, while recognizing the field of work of social educators.

Keywords: Social Pedagogy; Popular Education; Social educators; Social policies; Non-School institutional space.

Resumen: El artículo aborda la articulación entre la Pedagogía Social y la Educación Popular en la formación de educadores sociales en Brasil. La tesis defiende que una formación intersectorial basada en la Educación Popular en un curso de Pedagogía Social es crucial para preparar educadores para actuar en contextos de vulnerabilidad social. Utilizando el análisis de textos y las experiencias de la autora en formaciones en la Asociación de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), el estudio propone la Pedagogía Social Intersectorial como un curso específico, integrando principios de justicia social y metodologías participativas. Los resultados destacan la necesidad de regulación profesional, reconocimiento del campo en el ámbito académico y vacíos en los currículos formativos. La conclusión apunta para la relevancia de una formación que articule crítica emancipadora y práctica institucional con el reconocimiento del campo de actuación de los educadores sociales.

Palabras clave: Pedagogía Social; Educación Popular; Educadores sociales; Políticas sociales; Espacio no escolar institucional.

Introdução

Nos últimos vinte anos, no Brasil, a Pedagogia Social e a Educação Popular têm emergido como campos pedagógicos fundamentais para a formação de educadores sociais que atuam em espaços não escolares institucionalizados. Esses espaços, como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), exigem práticas pedagógicas que integrem as demandas sociais, os direitos humanos e a formação cidadã. Este artigo nasce da minha experiência como formadora de educadores sociais, desde 2010, e busca refletir sobre a articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular, com base nas minhas vivências e interlocuções práticas e teóricas, sem me prender a critérios rígidos para a escolha de autores ou referenciais.

O objetivo deste ensaio é discutir como os conceitos de Pedagogia Social e Educação Popular se complementam ou divergem na formação de educadores sociais, propondo uma abordagem crítica, que integra essas perspectivas. Argumento que a formação desses profissionais exige uma abordagem inovadora, estruturada por meio de um curso específico de Pedagogia Social Intersetorial, capaz de articular os princípios emancipatórios da Educação Popular com a interdisciplinaridade e institucionalidade necessárias para atuar em contextos de vulnerabilidade social.

Minha metodologia fundamenta-se em um diálogo constante entre prática e teoria, ancorado em experiências concretas, vivenciadas no campo da formação de educadores sociais. Essa abordagem me permite mobilizar autores e conceitos que, a partir das demandas e desafios enfrentados na prática, contribuem para a reflexão crítica sobre o tema. Entre os principais autores que informam essa discussão, estão Herman Nohl (1935), Roberto da Silva (2011; 2017) e Graciani (2014), cujas ideias dialogam diretamente com os princípios que guiam minha atuação como formadora.

A Educação Popular, inspirada nos princípios freirianos de diálogo, autonomia e contextualização, sustenta práticas pedagógicas críticas, que valorizam saberes locais, resistem às políticas neoliberais e promovem o fortalecimento das culturas populares. Por outro lado, a Pedagogia Social, descrita por Passos (2022) como uma “chave mestra universal”, apresenta-se como uma ciência humanista, voltada para a inclusão, a justiça social e a transformação das realidades de exclusão. Ao longo da minha trajetória, percebo que a articulação dessas duas perspectivas é essencial para responder às demandas formativas de educadores sociais, especialmente em espaços de vulnerabilidade.

A universidade, como espaço de produção e disseminação de conhecimento, desempenha um papel central na formação de profissionais para enfrentar os desafios sociais. Contudo, a construção de uma Pedagogia Social Intersetorial, que requer uma abordagem interdisciplinar, integrando políticas afirmativas, políticas sociais e práticas pedagógicas não escolares e cidadãs, ainda é um tema pouco explorado nas universidades brasileiras. Essa lacuna ressalta a necessidade urgente de investir na formação de educadores sociais, capacitando-os para atuarem em contextos de vulnerabilidade e promoverem transformações sociais significativas, a partir de uma Pedagogia dos Direitos Sociais com base na Educação Popular.

No processo de articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular no contexto brasileiro e latino-americano, é imprescindível considerar os estudos de Érico Ribas Machado, um dos principais

responsáveis por estruturar teoricamente essa relação. Em sua dissertação, intitulada “A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira”, Machado (2010) aborda o percurso histórico e a consolidação dessa articulação no Brasil, destacando suas bases na Educação Popular e na tradição freiriana. Para o autor, a Pedagogia Social emerge não como uma ruptura com a Educação Popular, mas como uma extensão, que busca a profissionalização dos educadores sociais, especialmente aqueles que atuam em espaços não escolares e em contextos de vulnerabilidade social. Essa perspectiva é central para entender como a Pedagogia Social se estrutura no Brasil, dialogando com as demandas sociais específicas da América Latina, e enfrentando os desafios históricos e políticos que influenciam o campo educacional. A partir dessa base, Machado sustenta que a aproximação entre essas duas correntes pedagógicas não implica em concorrência, mas em complementaridade, uma vez que a Pedagogia Social pode servir como ponte para institucionalizar práticas emancipatórias consolidadas historicamente pela Educação Popular. Assim, sua reflexão constitui uma contribuição indispensável para qualquer análise contemporânea sobre a formação de educadores sociais e o papel transformador dessas práticas no cenário brasileiro.

Este ensaio pretende, assim, evidenciar como a integração entre Pedagogia Social e Educação Popular pode superar a dicotomia entre práticas institucionais e teorias críticas na formação de educadores sociais. Defendo que a Pedagogia Social Intersetorial, ao incorporar os princípios político-pedagógicos da Educação Popular, oferece uma formação que alia criticidade, compromisso político e prática interdisciplinar, preparando educadores sociais para atuarem em equipes multidisciplinares, sem perder de vista o horizonte da transformação social.

A relevância dessa discussão reside na necessidade de se repensar ou de reivindicar a pauta da formação de educadores sociais no Brasil, especialmente a partir da perspectiva de quem vive a realidade prática desse campo, trazendo contribuições que integram teoria e experiência em prol de uma práxis pedagógica mais efetiva e emancipatória.

Formação de educadores sociais: perspectivas e desafios

Herman Nohl é um educador alemão que, especialmente a partir de 1920, interpretou a Pedagogia Social como uma estrutura, vinculando o processo de educação à comunidade e enquanto um campo de estudo, sendo a sua interpretação relevante para o desenvolvimento do trabalho social profissional em alguns países europeus – ainda pouco explorado na formação de educadores sociais. A Pedagogia Social, para Nohl (1935), é um esforço para atender às necessidades emergentes da sociedade, garantindo uma conexão entre individualidade e responsabilidade coletiva. Nas palavras de Ortmeye (2003), Nohl defendeu que a pedagogia social estava vinculada à integração de energias culturais e sociais, como o movimento socialista, a missão religiosa e a juventude. Ele enfatizava a necessidade de combinar essas forças para apoiar o desenvolvimento individual e comunitário.

A pedagogia social proposta por Nohl pode ser compreendida como uma teoria da ação, que se insere em uma abordagem prática do trabalho social pedagógico, com um campo educativo claramente

delimitado e definido (Alcón Giron et al., 2024). Benjamin Ortmeye (2003) afirma que o nome de Nohl está mais relacionado à teoria e prática pedagógica da pedagogia social, e não à pedagogia escolar.

Aqui no Brasil, quem apresenta o tema é Roberto da Silva, que entende como uma teoria geral da educação social. Assim, a Pedagogia Social pode ser a estrutura de uma proposta de curso para educadores sociais, abrangendo subáreas como socioeducação e a educação comunitária.

Silva (2017) aborda a formação de educadores sociais para espaços não escolares e a regulamentação da educação social como profissão no Brasil. Em suas palavras, a Pedagogia Social, com sua ampla produção acadêmica, apresenta uma base sólida que justifica discussões voltadas para áreas limítrofes do conhecimento e para os desafios futuros, mesmo que de maneira ensaística. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas foi promover no Brasil o debate sobre o tema, buscar compreender experiências internacionais e pensar em como a Educação Social pode se configurar de maneira específica no contexto brasileiro, considerando suas características, história e cultura.

No artigo, Roberto da Silva entende Educação Social como práticas educativas que transcendem o âmbito escolar, orientadas para o desenvolvimento humano integral e para a inclusão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade e exclusão. A Pedagogia Social é definida como a Teoria Geral que dá suporte científico e metodológico a essas práticas, sistematizando-as enquanto campo de conhecimento autônomo nas Ciências da Educação. A Pedagogia Social tem como foco o estudo, o desenvolvimento de métodos e técnicas, e a consolidação de uma base teórica para orientar a Educação Social.

Em conformidade com Paulo (2019, p. 339, grifo nosso):

É nesse processo histórico que a AEPPA se encontra e tem se organizado, para a construção de projetos alternativos de cursos de formação [...] que a partir dos coletivos de educadores (as), sinaliza-se a emergência de uma *Pedagogia Social nos pressupostos da Educação Popular*, a qual seja construída com os (as) educadores (as), seja multidisciplinar, com currículo, horário e organização do tempo e do espaço diferenciado do atual curso de Pedagogia, e por fim gratuita e de qualidade social.

Em uma nota de rodapé, explica: “Aqui a Pedagogia + o Social significa juntar, sobretudo, as políticas da assistência social e da educação, buscando uma articulação intersetorial” (Paulo, 2019, p. 329). De acordo com Paulo (2023), a Pedagogia Social é apresentada como uma possibilidade de curso de formação intersetorial que prepara trabalhadores para atuarem em contextos que exigem uma ação profissional multidisciplinar, fundamentada na Educação Popular e em princípios teóricos que incluem os Direitos Humanos, as Políticas Sociais e a Pedagogia dos Direitos Sociais. A Pedagogia Social é descrita como uma ciência da educação não escolar institucionalizada, que não se realiza apenas no âmbito escolar enquanto exercício da docência, mas como referência de uma ocupação profissional multidisciplinar vinculada às políticas sociais, diferenciando-se do curso de licenciatura em Pedagogia. No caso dos educadores sociais, um número expressivo reconhece, mediante referenciais teóricos existentes, que atuam no campo da Educação Social, embora não tenhamos explícito esse campo social em documentos oficiais.

Em parte, o posicionamento de Paulo (2023) se aproxima dos apontamentos de Silva (2017), que aborda a Pedagogia Social como uma área voltada para a educação não escolar, enfatizando que a Pedagogia Social é uma ciência interdisciplinar vinculada às políticas sociais. Ele também discute o reconhecimento do educador social como profissão, destacando a necessidade de regulamentação e especificidade dessa formação.

De um modo geral, segundo pesquisas de Paulo (2013; 2019; 2023), a Educação Social é o campo de atuação de educadores sociais que engloba práticas educativas voltadas para a inclusão social em contextos não escolares institucionalizados e com pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade social, especialmente através da política da assistência social.

Embora Paulo (2023) defenda uma formação intersetorial crítica que articule a Educação Popular e a Pedagogia Social como eixo estruturante para a atuação dos educadores sociais que trabalham em contextos educacionais formais, é importante destacar que as reflexões de Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019) trazem uma perspectiva que valoriza a educação não formal como um processo de formação sociopolítica e cultural, ancorado na prática cotidiana e nos saberes comunitários. Enquanto Paulo (2023) propõe a regulamentação da profissão do educador social como um passo fundamental para fortalecer a identidade e atuação profissional, Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019) enfatizam que o foco deveria recair sobre a valorização das práticas educativas locais e participativas, independentemente da institucionalização legal da profissão. Essa visão contrapõe-se ao reconhecimento do educador social como um trabalhador das políticas sociais em contextos de Educação Não Escolar formal. As autoras destacam que a práxis do educador social não pode ser descolada do contexto comunitário e dos saberes locais, entendimento que converge com Paulo (2023). Essa visão reforça a perspectiva de que a atuação do educador social vai além da simples execução de políticas públicas, sendo uma prática dialógica e emancipatória.

Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019) e Paulo (2023) argumentam que a construção de vínculos e a superação de vulnerabilidades faz parte do contexto de trabalho dos educadores sociais. Essa atuação é sustentada pela ideia freiriana de educação como um ato político, no qual educador e educando se transformam mutuamente.

Por outro lado, enquanto Paulo (2023) enfatiza a necessidade de um aparato institucional para fortalecer a profissão, Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019) sugerem que a eficácia da educação social reside menos na formalização. Essas defesas não se contradizem completamente, mas revelam ênfases diferentes: Paulo (2023) foca na regulamentação como meio de reconhecimento e valorização da profissão, enquanto Accorssi, Schwengber e Bamberg (2019) colocam a prática cotidiana e a relação direta com a comunidade como o cerne da transformação social efetiva. Essa complementaridade sugere que o fortalecimento da profissão de educador social deve passar tanto pela institucionalização quanto pela preservação de práticas participativas, comunitárias e inclusivas.

Herman Nohl (apud Ortmeye, 2003), ao enfatizar a integração entre individualidade e responsabilidade coletiva, dialoga com a análise apresentada no artigo de Paulo e Trevisan (2022), que destaca a necessidade de uma formação acadêmico-profissional intersetorial para os educadores sociais,

como estratégia para legitimar e consolidar a atuação destes profissionais em espaços de educação não escolar institucionalizada. Assim como Nohl propõe uma pedagogia social conectada às demandas emergentes da sociedade, as autoras reforçam que a formação específica é fundamental para responder às complexidades do trabalho em contextos vulneráveis, promovendo direitos e transformações sociais significativas. Paulo e Trevisan apresentam o curso de pedagogia social, que orientaria a “prática socioeducativa de maneira intersetorial e multidisciplinar, sendo fundamental para consolidar o trabalho educativo em contextos não escolares formalizados e voltados para a transformação social” (Paulo; Trevisan, 2022, p. 244).

Ainda em conformidade com Paulo (2023), a Pedagogia Social, por sua vez, para alguns coletivos, é a disciplina científica que sustenta e organiza essas práticas, fornecendo os fundamentos teóricos, metodológicos e técnicos para a ação educativa em contextos sociais diversificados. Para outros coletivos, poderia ser um curso de formação específico para educadores sociais, como é o caso da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). Já a Educação Popular, baseada nos princípios de Paulo Freire, é uma corrente político-pedagógica de caráter crítico e emancipador, que busca promover formação teórico-prática que vise a conscientização e o protagonismo dos sujeitos em sua relação com o mundo. No contexto das políticas sociais, a Pedagogia Social e a Educação Popular se complementam: enquanto a primeira ofereceria formação específica para intervenções intersetoriais e multidisciplinares em cenários de exclusão, a segunda fornece os princípios formativos políticos, pedagógicos, éticos e críticos para orientar tais práticas.

A regulamentação da Educação Social como profissão no Brasil é compreendida como um processo necessário para formalizar e legitimar a atuação dos educadores sociais, oferecendo-lhes reconhecimento legal, diretrizes específicas de atuação e garantia de direitos laborais. Segundo o autor, a regulamentação implica regulamentar a profissão que pra ele é a Educação Social. O posicionamento diverge de outros coletivos, que reivindicam regulamentar a profissão de educador social e não o campo de atuação destes profissionais (Paulo, 2023). Silva (2017) estabelece que a Educação Social, como uma profissão regulamentada, conferiria status legal à atuação dos educadores sociais, garantindo a inclusão de suas funções na estrutura jurídica e social brasileira.

Para Silva (2017), o Projeto de Lei (PL) 5346/2009, de autoria do Deputado Chico Lopes (PCdoB/CE), propõe regulamentar a profissão de educador social, reconhecendo formalmente sua atuação, estabelecendo direitos e deveres, além de criar mecanismos para contratação e supervisão desses profissionais. Já o PL 328/2015, do Senador Telmário Mota (PDT/RR), também busca regulamentar a profissão, mas com uma abordagem distinta, ao definir critérios específicos para o exercício profissional e articular a atuação dos educadores sociais com as políticas públicas de inclusão e assistência social. O autor defende a regulamentação como essencial para fortalecer a Educação Social como campo profissional. Além disso, busca integrar os educadores sociais às políticas públicas e criar condições legais para sua contratação, independentemente de qual projeto seja aprovado. Mas essa não é a defesa de todos os coletivos, pois muitos dos fóruns de educadores sociais no Brasil reivindicam a Regulamentação do Educador Social, o profissional que atua na Educação Não Escolar Institucionalizada

com políticas sociais, também denominada como campo da Educação Social. Esses coletivos argumentam que a luta é pelo reconhecimento formal do educador social como uma profissão, definindo seus direitos, deveres, competências, formação e as condições legais para o exercício da profissão. (Paulo, 2023).

Em cursos de extensão para educadores sociais, realizados pela Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), cuja perspectiva é a da Educação Popular, a compreensão de Educação Social para muitos cursistas está diretamente ligada ao reconhecimento das práticas educativas realizadas fora do âmbito escolar, especialmente em espaços institucionais vinculados à assistência social, saúde e justiça. Essas práticas, direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, na AEPPA, é compreendido que essas práticas educativas em contextos de políticas sociais demandam profissionais com formação específica intersetorial e uma atuação multidisciplinar. Nesse sentido, a regulamentação da profissão de educador social é uma necessidade urgente, pois permitiria legitimar e formalizar essas práticas, estabelecendo direitos, deveres e diretrizes claras para a atuação no campo. Além disso, a regulamentação contribuiria para a criação de condições legais que garantam tanto a qualidade da formação dos profissionais quanto sua inserção efetiva nas políticas públicas, fortalecendo o campo de atuação não escolar institucional (Educação Social) como um campo autônomo.

A Pedagogia Social é compreendida como formação intersetorial e interdisciplinar na formação de educadores sociais que trabalham com equipes multidisciplinares, que visa promover a inclusão social e apoiar grupos vulneráveis, principalmente em espaços não escolares, mas que, na prática educativa, articula educação e assistência social. E a Educação Popular é definida como um movimento político-pedagógico de caráter crítico e emancipador, centrado na dialogicidade e no fortalecimento das comunidades. Os dois campos se complementam em princípios como a dialogicidade e a construção de práticas educativas participativas e cidadãs.

A Educação Popular oferece um referencial teórico crítico para a ação dos educadores sociais, enquanto a Pedagogia Social fornece metodologias práticas para a intervenção em contextos de vulnerabilidade (Paulo, 2013).

Acredito que a categoria original deste texto reside na concepção de Formação Intersetorial na perspectiva da Educação Popular, apostando que o curso que contemplaria esse contexto de trabalho seria a Pedagogia Social Intersetorial. Ou seja, a Formação Intersetorial Crítica é uma perspectiva pedagógica que integra princípios da Educação Popular com a institucionalidade da Pedagogia Social no âmbito das políticas sociais, fundamentando-se na perspectiva freiriana de Educação Popular enquanto reconhece a Pedagogia Social como ciência da educação não escolar institucionalizada. No caso da Educação Popular, uma concepção crítica latino-americana seria a base político-pedagógica, com metodologias interventivas. Essa formação visaria preparar especialmente educadores sociais para atuarem em contextos institucionais multidisciplinares, promovendo práticas educativas emancipatórias, dentro dos marcos legais e organizacionais das políticas sociais. Tenho defendido essa proposta desde as experiências de formação de educadores sociais, que, ainda um número significativo, embora

trabalhem diretamente com atividades educativas articuladas com políticas intersetoriais, não possuem formação específica.

Diante desta proposição, há uma diferenciação ao retomar a questão da regulamentação da profissão do educador social, pois, de um lado, Silva (2017) defende regulamentação do campo (educação social), e eu, por outro lado, defendo a regulamentação profissional (educador social), embora reconheça a existência do campo da educação não escolar institucional como característica do que se reconhece como Educação Social.

Minha defesa alinha-se com movimentos sociais contemporâneos, como é o caso do Movimento de Educação Popular – MEP/AEPPA. Diante das discussões apresentadas, reafirmo a importância de uma formação intersetorial crítica, que integre a Educação Popular e a Pedagogia Social, como um caminho estratégico e inovador para responder às demandas formativas dos educadores sociais no Brasil. A partir da minha metodologia, baseada no diálogo entre prática e teoria, e considerando as vivências no campo, percebo que a articulação dessas perspectivas não apenas potencializa a ação educativa em contextos de vulnerabilidade, mas também contribui para a consolidação de uma identidade profissional mais robusta para os educadores sociais. Essa integração não é apenas teórica, mas emerge de práticas concretas e colaborativas, como as promovidas por iniciativas como da AEPPA, que demonstram que é possível alinhar princípios emancipatórios da Educação Popular com a institucionalidade necessária para atuar no campo das políticas sociais. A partir dessa visão, a regulamentação do educador social, como profissão específica, não é apenas uma demanda política e jurídica, mas um passo importante para legitimar e fortalecer práticas educativas cidadãs, que respondam às especificidades do contexto brasileiro e valorizem a Educação Popular como perspectiva central da formação e atuação profissional.

Concepção de Pedagogia Social e de Formação Intersetorial na perspectiva da Educação Popular

A Pedagogia Social, segundo Graciani (2014), demanda um processo contínuo de reflexão teórica sobre a prática, visando promover avanços históricos no contexto em que está inserida. Esse processo de criação e recriação de fundamentos metodológicos é essencial para a formação sólida e consistente do educador social, capacitando-o a atuar como agente multiplicador e formador de outros educadores. Essa perspectiva está diretamente alinhada aos princípios da Educação Popular e da Pedagogia dos Direitos Sociais, que destacam a formação crítica e emancipatória, considerando o educador social como sujeito transformador da realidade (Paulo, 2023). O fortalecimento da prática educativa voltada para a promoção da justiça social e dos direitos depende, portanto, de uma formação que capacite o educador social a atuar como agente transformador e emancipador.

A Pedagogia Social Intersetorial seria uma ciência da educação não escolar institucionalizada voltada para o campo da Educação Social. Seu objetivo é formar profissionais, especialmente educadores sociais, para atuarem em contextos que exigem uma prática profissional multidisciplinar. Fundamentada na Educação Popular, essa concepção integra princípios teóricos que envolvem os Direitos Humanos, as Políticas Sociais e a Pedagogia dos Direitos. Uma Pedagogia Social Intersetorial na formação de

educadores sociais integra diferentes áreas do conhecimento e setores da sociedade no processo de ensino-aprendizagem. Ela se baseia no trabalho interdisciplinar e na articulação entre saberes, atividades, áreas e teorias em torno de problemas concretos, buscando soluções através da colaboração entre equipes multidisciplinares e diferentes setores sociais. Esta Pedagogia Social Intersetorial requer a integração de diferentes políticas e ações que versam sobre os direitos sociais. Propõe-se, assim, uma formação que articula saberes oriundos de políticas sociais (assistência social, saúde, educação, trabalho, justiça) com a base político-pedagógica da Educação Popular. O objetivo é capacitar profissionais para desenvolverem práticas educativas emancipatórias em contextos institucionais, representando a base da formação intersetorial na perspectiva da Educação Popular.

Essa proposta formativa integra os princípios político-pedagógicos da Educação Popular (dialogicidade, emancipação, protagonismo dos sujeitos, participação) às demandas específicas do trabalho intersetorial nas políticas sociais. Diferencia-se por preparar educadores sociais para atuar em equipes multidisciplinares, comprometendo-se com a transformação social e a educação crítica, enquanto desenvolve competências específicas para o trabalho institucional intersetorial.

A conquista do primeiro curso gratuito de formação de educadores sociais é um marco histórico no fortalecimento da Educação Popular e na valorização da atuação intersetorial desses profissionais. Inspirado pelas ideias de Paulo Freire, o curso democratiza o acesso ao conhecimento e integra saberes locais e metodologias participativas, como as cartas pedagógicas, promovendo uma formação que transcende os limites da sala de aula. A abordagem intersetorial destaca a importância de articular educação, saúde, assistência social e outras políticas públicas, potencializando ações educativas em contextos de vulnerabilidade social.

Essa formação intersetorial é essencial para que os educadores sociais atuem como agentes transformadores, estabelecendo diálogos entre diferentes áreas e promovendo uma abordagem integrada de Direitos Humanos e cidadania. Com uma base teórica sólida e experiências práticas, o curso, que dialogará com a intersetorialidade, capacitará esses profissionais a enfrentarem desafios complexos e a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária, indispensável para responder às demandas de uma sociedade em constante transformação e para fortalecer a luta por justiça social e igualdade.

A universidade, como instituição formativa de relevância social, política, pedagógica e cultural, possui o papel estratégico de articular ensino, pesquisa, extensão e inovação, podendo promover impactos transformadores na sociedade a partir das demandas contemporâneas. Nesse contexto, o presente ensaio dialoga com a importância de ampliar debates interdisciplinares e intersetoriais que integrem temas emergentes, como a construção de uma Pedagogia Social Intersetorial fundamentada nos princípios político-pedagógicos da Educação Popular.

Ao propor a formação superior de educadores sociais capacitados para atuar em contextos de vulnerabilidade no âmbito das políticas sociais, defende-se que a universidade amplie sua atuação no campo da educação não escolar, promovendo a inovação curricular por meio da superação de abordagens excessivamente disciplinares e setoriais. Esse desafio exige um diálogo constante e

significativo entre diferentes áreas do conhecimento, capaz de integrar perspectivas interdisciplinares e intersetoriais, fortalecendo políticas e práticas educativas que respondam às complexas demandas sociais. Assim, este trabalho convida a comunidade acadêmica a explorar a articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular, promovendo investigações e práticas que consolidem o compromisso da universidade com a inclusão, a justiça social e a emancipação cidadã.

Por fim, a análise das tensões e possibilidades na formação de educadores sociais revela um campo marcado por contradições. Por um lado, há tensões estruturais, como a resistência das instituições formadoras em reconhecerem a especificidade do campo da educação social e do educador social como um profissional das políticas sociais que demanda um curso de formação específico, a ausência de espaços institucionais de diálogo com educadores sociais sobre a importância da luta política e pedagógica em prol de seu reconhecimento profissional, e a disputa conceitual sobre a regulamentação profissional. Por outro lado, há possibilidades transformadoras, especialmente na integração entre Pedagogia Social e Educação Popular, e de algumas experiências formativas que reivindicam que a universidade e os Institutos Federais ofertem cursos para educadores sociais, como é o caso da AEPPA (Paulo, 2013; 2023).

Imagem 1: Mapa Conceitual – Pedagogia Social Intersectorial e Educação Popular



Fonte: Dados da pesquisa.

A formação intersectorial crítica emerge como uma síntese, que equilibra o rigor metodológico e formativo, necessários para atuação institucional, com o compromisso político de transformação social e a Educação Popular, que apresenta, especialmente, o diálogo de saberes e de metodologias participativas na proposta de um curso de Pedagogia Social intersectorial. Ou seja, essa dialética entre tensões e possibilidades aponta para a Pedagogia Social Intersectorial como uma proposta formativa que reconhece os desafios do campo, incorporando-os como elementos constitutivos de uma formação que prepara educadores sociais para atuarem criticamente, dentro dos marcos institucionais, sem abrir mão do horizonte emancipatório.

Conclusão

A formação de educadores sociais no Brasil enfrenta desafios complexos, marcados por lacunas curriculares, tensões institucionais e a falta de regulamentação profissional. Essa realidade dificulta o reconhecimento da identidade do educador social e a consolidação da Educação Social como campo autônomo e interdisciplinar. A ausência de uma formação específica nas universidades e a confusão conceitual entre educador social e educador popular reforçam a necessidade de debates aprofundados e inovações formativas.

Apesar dessas adversidades, a articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular se destaca como uma alternativa promissora para o fortalecimento da práxis pedagógica emancipadora. Enquanto a Pedagogia Social oferece a base teórica e metodológica para intervenções intersetoriais, a Educação Popular proporciona os princípios éticos, pedagógicos, metodológicos, antropológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos necessários para orientar práticas educativas comprometidas com a construção de conhecimento transformador. Essa integração permite não apenas superar as limitações estruturais, mas também consolidar uma formação crítica e participativa, alinhada às demandas de populações em situação de vulnerabilidade.

Um marco significativo nesse contexto foi a criação do primeiro curso público e gratuito de formação de educadores sociais no IFRS-Alvorada, resultado da luta coletiva liderada pela Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada (SIMA). Essa conquista reflete o potencial prático da união entre Pedagogia Social e Educação Popular, promovendo a democratização do conhecimento e a valorização de práticas pedagógicas críticas a partir de uma proposta curricular que se inspira na Pedagogia da Alternância em tempo de universidade, trabalho, comunidade e estudos individuais, além das práticas extensionistas. Essa experiência serve como um convite para que as universidades se atentem às demandas atuais, reconhecendo a necessidade de alinhar cursos e práticas formativas às realidades sociais, promovendo currículos contextualizados, inovadores e comprometidos com a inclusão, a justiça social e a transformação cidadã.

Assim, a proposta de um curso específico de Pedagogia Social Intersetorial apresenta-se como uma inovação indispensável para a formação de educadores sociais na contemporaneidade. Diferentemente das licenciaturas, esse curso prepara profissionais para atuarem em complexos contextos não escolares institucionais, articulando políticas sociais, direitos humanos e práticas educativas. Essa formação não apenas legitima a identidade do educador social, mas também consolida a Pedagogia Social como um campo interdisciplinar, intersetorial e autônomo, voltado para a inclusão e a justiça social.

A regulamentação da profissão de educador social é outro passo essencial nesse processo. Reconhecer formalmente esses profissionais fortalece sua atuação nas políticas públicas, garantindo condições de trabalho adequadas e assegurando a qualidade das intervenções pedagógicas. A articulação entre Pedagogia Social e Educação Popular, nesse sentido, não é apenas teórica, mas se traduz em práticas concretas que promovem a transformação social e reafirmam o compromisso com a emancipação das populações vulneráveis.

Em síntese, a formação intersetorial crítica, ancorada nos princípios da Educação Popular e da Pedagogia Social, representa uma abordagem inovadora e necessária para o fortalecimento da educação social no Brasil. Essa perspectiva não apenas responde às demandas formativas dos educadores sociais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, reafirmando o papel transformador da educação no país.

Referências

ACCORSSI, Aline; SCHWENGBER, Daiana; BAMBERG, Carla Luisa Frey. Educadores sociais como agentes de transformação: reflexões a partir de um centro social localizado na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista Educação Popular*, v. 18, n. 2, p. 186-208, maio/ago. 2019.

ALCÓN GIRON, María Virginia et al. Línea del tiempo de la Pedagogía Social. *Sutori*. 2024. Disponível em: <https://bit.ly/3Yb86tG>. Acesso em: 22 abr. 2025.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia Social*. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, Érico Ribas. *A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira*. 175f. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

NOHL, Herman. *Die Pädagogische Bewegung in Deutschland und ihre Theorie*. Frankfurt am Main: Verlag Vittorio Klostermann, 1935.

ORTMEYER, Benjamin. *Herman Nohl und die NS-Zeit*: Forschungsbericht. Frankfurt am Main: Forschungsstelle NS-Pädagogik, 2003.

SILVA, Roberto da. *Pedagogia Social: contribuições para uma teoria geral da Educação Social*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

SILVA, Roberto. A formação de educadores para espaços não escolares e a regulamentação da Educação Social como profissão no Brasil. *Revista Pedagogia Social UFF*, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2017.

PASSOS, Jacy Marques. Pedagogia Social: formação para transformação. *Revista Pedagogia Social UFF*, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos. *A Formação do (as) Educadores (as) Populares a partir da Práxis*: Um estudo de caso da AEPPA. 273f. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Memórias e trajetórias*: sistematização de experiências de educação popular e de movimentos sociais. São Paulo: Diálogo Freiriano, 2019.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Aulas com cartas pedagógicas*: Educação Popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

PAULO, Fernanda dos Santos; TREVISAN, Elisângela. Educador social e educador popular: pautas da formação acadêmica-profissional. *Revista Panorâmica*, v. 35, p. 233-256, 2022.